

O esforço possível

o GLOBO

ESCALDADO, o industrial Antônio Ermírio de Moraes vaticinou: "A criança nasceu morta." Infelizmente, parece ter razão. Há obstáculos demais, e tempo de menos, no caminho do pacto contra a inflação que empresários e sindicalistas tentam acertar.

NADA há de errado em que Capital e Trabalho busquem se entender, movidos por uma mesma preocupação. Na verdade, será altamente positivo que descubram áreas de convergência, tanto para o arejamento de sua convivência como para levar ao Governo o subsídio de reivindicações em comum.

MAS É preciso realismo. No setor empresarial, embora não existam divergências quanto ao diagnóstico, ainda não há acordo sobre o tratamento. Falta um ponto de vista comum a indústria, comércio e área financeira; sem falar em Rio e São Paulo, Sul e Norte. No campo sindical, o mesmo problema: a notória intransigência da CUT (que confunde sindicato com partido político) bate de frente com as posições, diretamente ligadas aos interesses dos trabalhadores, de líderes como Luiz Antônio Medeiros e Rogério Magri.

A MARCHA da inflação não esperará o processamento, obrigatoriamente lento e talvez até impossível, de um pacto entre essas forças.

ISTO não quer dizer que não exista saída. Ela existe, mas

terá de sair de Brasília. Basta que o Governo exiba virtudes que ainda não demonstrou possuir no grau adequado: capacidade de decisão, agilidade, energia. Acima de tudo, energia, voltada tanto para fora como para dentro do Palácio do Planalto, na implementação de uma política de austeridade e trabalho, cujas bases e metas são de conhecimento geral.

RECEBIDA com esperanças, essa política que visa a exorcizar o espectro da hiperinflação corre contra o tempo e, por isto mesmo, exige extremo rigor na aplicação. Entendimentos entre diferentes setores da economia poderão ajudar a que dê certo — mas não bastarão para impedir que fracasse. Isto, depende do Governo.

POR OUTRO lado, a união do empresariado será de extrema importância para a remoção de outro tipo de obstáculos à recuperação econômica do País. Trata-se de um punhado de dispositivos do projeto de Constituição que, se mantidos no texto final, ameaçam estrangular a livre iniciativa.

SÃO, AO todo, 23 "batalhas", como definiu a União Brasileira de Empresários. Mas, em linhas gerais, a Constituinte errou em duas direções: ao criar direitos e vantagens que a sociedade não tem condições de dar, exceto pelo sacrifício de todos, e ao "proteger" o Brasil do capital estrangeiro.

MELHOR QUE ninguém, os empresários sabem que melhores condições de vida, aí incluídos o progresso pessoal e o lazer, derivam unicamente do trabalho, da produção. Inverter a equação significará pôr o País numa camisa-de-força. Ruim para o empregador, pior para o empregado.

O EXEMPLO mais nítido dos equívocos do projeto na área econômica talvez esteja na instituição de um direito indiscriminado de greve — exatamente o oposto que determina a legislação dos países mais avançados nesse campo, como está demonstrando a Itália.

NO QUE se refere ao capital estrangeiro, as restrições são de natureza isolacionista, o que igualmente contraria todas as tendências da economia internacional. Uma postura de nacionalismo extremado num mundo cada vez mais interdependente é, simplesmente, suicida.

DISPÕEM-SE os empresários a um esforço — que certamente poderá ser bem mais produtivo do que a bem intencionada articulação de um pacto — no sentido de convencer a maioria dos Constituintes a suprimir os excessos do projeto. Em poucas palavras, adaptá-lo à realidade.

OS ARGUMENTOS são muitos, e irrespondíveis. Resta que Deputados e Senadores os examinem com isenção e decidam com espírito público.